

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Barigüi Companhia Hipotecária submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017. Com apenas 5 (cinco) anos de atividades, a sociedade já marcou sua presença no seio do segmento em que se insere. Trata-se da primeira instituição da espécie, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, a funcionar no Estado do Paraná, tendo como principal campo de negócio a concessão de créditos imobiliários, sendo integrante do Sistema Financeiro de Habitação. A Cia. Hipotecária integra o Conglomerado Prudencial Barigüi, liderado pela Barigüi S/A Crédito, Financiamento e Investimentos, e com a participação, ainda, da Barigüi Securitizadora. O respectivo balanço consolidado, na forma da regulamentação em vigor, contempla as operações e resultados das três sociedades.

Desde o início de suas atividades, em janeiro/2012, a Cia. Hipotecária efetivou 3.134 operações, com a carteira ativa de empréstimos/financiamentos, atingindo, na data-base de 30 de junho de 2017, o montante de R\$ 226.563 milhões e, do lado passivo, em captações, via LCI, somando o montante de R\$ 187.630 milhões, além de Patrimônio Líquido de R\$ 13.833 milhões. As parcerias estabelecidas, envolvendo: a) Seguradoras; b) Correspondentes Bancários em praças julgadas de bom potencial de negócios, nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e, em especial, São Paulo; c) Avaliadores de Imóveis; d) Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários; e) Promotora de Crédito; e f) a ligada Barigüi Securitizadora concorreram, com real importância, para o atingimento dos resultados antes indicados. Do exposto, podemos concluir que os objetivos estratégicos foram atingidos no balanço de 30 de junho de 2017, com variações, em nosso entender, admissíveis frente às mutações ocorridas no cenário econômico-financeiro do País desde a sua constituição.

A Barigüi Cia Hipotecária, malgrado o impacto em seus resultados do declínio dos índices inflacionários, para além das previsões iniciais de analistas especializados, presente que aqueles indicadores são aplicados na correção de parcela importante dos contratos do segmento, apresentou crescimento ordenado e seguro, sempre tendo presente a higidez econômico-financeira, e procurando expandir os seus mercados de atuação, e prospectar novos negócios, sem perder de vista a melhoria constante no atendimento aos seus clientes. Para tanto, agradecemos a contribuição dos parceiros, conforme antes referenciados, e, em especial do corpo de funcionários.

Curitiba (PR), 29 de agosto de 2017.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 - (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2017	30/06/2016	PASSIVO	Nota	30/06/2017	30/06/2016
CIRCULANTE		72.275	66.969	CIRCULANTE		87.477	54.334
Disponibilidades	4	562	689	Depósitos	11.a	27.514	-
Aplicações financeiras de liquidez		2.700	11.346	Depósitos Interfinanceiros - Ligadas		27.514	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4/5	2.700	11.346	Recursos de aceites e emissão de títulos	11.b	52.328	48.528
Operações de crédito		57.494	46.705	Recursos de letras de crédito imobiliário		52.328	48.528
Setor privado	7	60.420	49.015	Outras obrigações		7.635	5.806
(-) Provisão para perdas em operações de créditos		(2.926)	(2.310)	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		60	30
Outros créditos	8	1.177	674	Sociais e estatutárias		92	250
Créditos tributários	20	358	280	Fiscais e previdenciárias	12	384	1.617
Diversos		819	394	Diversas	13	7.099	3.909
Outros Valores e Bens	9	10.342	7.555				
Bens não de uso		11.078	6.671				
(-) Outros valores e bens		(1.546)	(601)				
Despesas antecipadas		810	1.485				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		170.103	118.551	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		141.068	117.746
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		169.928	118.467	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		141.068	117.746
Títulos e valores mobiliários		1.274	-				
Instrumentos financeiros derivativos	6	1.274	-	Recursos de aceites e emissão de títulos	11.b	135.302	116.440
Operações de crédito	7	162.443	114.843	Recursos de letras de crédito imobiliário		135.302	116.440
Setor privado		166.143	117.103				
(-) Provisão para perdas em operações de créditos		(3.700)	(2.260)	Outras obrigações		5.766	1.306
Outros créditos	8	3.177	1.917	Diversas	13	5.766	1.306
Créditos tributários	20	2.954	1.847				
Diversos		223	70				
Outros valores e bens	9	3.034	1.707				
Bens não de uso		2.371	728				
(-) Outros valores e bens		(214)	(147)				
Despesas antecipadas		877	1.126				
PERMANENTE		175	84	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	13.833	13.440
Imobilizado de uso	10.a	81	38	Capital social		10.000	7.000
Outras imobilizações de uso		129	69	De Domiciliados no país		3.833	6.440
(-) Depreciação Acumulada		(48)	(31)	Reservas de lucros		673	600
Intangível	10.b	94	46	Legal		3.160	5.840
Desenvolvimento/licenciamento de software		143	80	Outras reservas de lucro		3.160	5.840
(-) Amortização Acumulada		(49)	(34)				
TOTAL DO ATIVO		242.378	185.520	TOTAL DO PASSIVO		242.378	185.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital social	Aumento de capital		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		3.000	4.000	-	11.451
Lucro líquido do semestre		-	-	2.997	2.997
Destinações:					
Aumento de capital pendente de aprovação BACEN		4.000	(4.000)	-	-
Constituição de reserva legal	15.b	-	-	(150)	(150)
Dividendos propostos	15.d	-	-	(171)	(171)
Dividendos pagos antecipadamente	15.d	-	-	(837)	(837)
Constituição de reserva especial	15.c	-	-	2.676	(2.676)
Saldos em 30 de junho de 2016		7.000	-	600	5.840
Saldos em 01 de janeiro de 2017		10.000	-	661	13.440
Lucro líquido do semestre		-	-	237	237
Destinações:					
Constituição de reserva legal	15.b	-	-	12	(12)
Dividendos propostos	15.d	-	-	-	(13)
Pagamento de dividendos	15.d	-	-	-	(13)
Constituição de reserva especial	15.c	-	-	(986)	(986)
		-	-	212	(212)
Saldos em 30 de junho de 2017		10.000	-	673	13.833
Mutações do semestre		-	-	(12)	774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Valores expressos em milhares de reais - exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Barigüi Companhia Hipotecária ("Companhia"), controlada pela Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (94%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012.

A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições de sua espécie.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em reunião de Diretoria, realizada em 29 de agosto de 2017, foram aprovadas estas demonstrações financeiras.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e consideram os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia,

incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, obedecendo o seguinte critério: Operações de swap - os diferenciais a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo e passivo, respectivamente, apropriado como despesa ou receita pro rata até a data do balanço.

e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As principais operações de crédito da Companhia são compostas por financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

(i) Operações de crédito - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pró rata" dia. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (a) Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

(ii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

(a) A Companhia considera a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

(b) As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

(c) As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução nº 2.697/00, do CMN.

(d) As operações renegociadas, por atraso nos contratos anteriores, são mantidas, no

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Receitas da intermediação financeira		18.666	22.500
Operações de crédito	7.a	17.910	22.098
Resultado de aplicações interfinanceiras	5	237	402
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6	519	-
Despesas da intermediação financeira		(11.454)	(13.099)
Operações de captação no mercado	11.c	(9.017)	(11.733)
Provisão para créditos e liquidação duvidosa	7.c.1	(2.437)	(1.366)
Resultado bruto da intermediação financeira		7.212	9.401
Outras receitas (despesas) operacionais		(6.060)	(4.455)
Renda de prestação de serviços	18	694	513
Despesas de pessoal		(1.464)	(737)
Despesas administrativas	17	(5.214)	(4.458)
Despesas tributárias	19	(595)	(603)
Outras receitas operacionais		530	1.119
Outras despesas operacionais		(111)	(289)
Resultados não operacionais		(810)	(399)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		342	4.547
Imposto de renda e contribuição social	20	(84)	(1.494)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(816)	(2.008)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		732	514
Participações nos lucros		(21)	(56)
Lucro Líquido do semestre		237	2.997
Quantidade de ações		10.000	7.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,0237	0,4281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	237	2.997
Ajustes para reconciliar o resultado com recursos provenientes de atividades operacionais: Depreciações e amortizações	19	11
Provisão para perdas em operações de créditos	2.437	1.366
Provisão (reversão) para outros créditos de liquidação duvidosa	797	380
Provisão para riscos cíveis	5	59
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	816	2.008
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(732)	(514)
Participação dos empregados	21	56
Pagamento de imposto de renda e contribuição social (Aumento) / redução nos ativos operacionais:	(542)	(523)
(Aumento) / redução TVM	(519)	-
(Aumento) / redução operações de crédito	(33.072)	(4.704)
(Aumento) / redução outros créditos	381	(571)
(Aumento) / redução outros valores e bens	(3.419)	(1.607)
Aumento / (redução) nos passivos operacionais:		
Aumento / (redução) em depósitos interfinanceiros	10.186	(9.823)
Aumento / (redução) em recursos de letras de crédito imobiliário	18.742	20.797
Aumento / (redução) cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	16	77
Aumento / (redução) obrigações sociais e estatutárias	(127)	108
Aumento / (redução) obrigações fiscais e previdenciárias	(1.614)	762
Aumento / (redução) das outras obrigações	7.011	(3.757)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	643	7.122
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(30)	(5)
Adições ao intangível	(20)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(50)	(5)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(1.056)	(837)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.056)	(837)
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(463)	6.280
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3.725	5.755
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	3.262	12.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação até que ao menos duas parcelas da nova dívida renegociada sejam recebidas, quando poderão galgar níveis de menor provisionamento. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

(iii) Operações vencidas há mais de 60 dias - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

f. Despesas antecipadas

Correspondem principalmente a:

(i) Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação; e

(ii) As comissões pagas a correspondentes credenciados são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento é 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14, conforme abaixo:

• 2015: reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença atida e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses;

• 2016: reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença atida e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses; e

• 2017: reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

g. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo de imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment. As taxas de depreciação anuais das classes de bens da Companhia são:

Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10% - a.a.
Equipamentos de informática	20% - a.a.
Gastos de organização e expansão	20% - a.a.

h. Intangível
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos diferidos com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue:

Desenvolvimento/Licenciamento de uso de software	Taxa - %
	20% a.a.

i. Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro rata" dia).

j. Depósitos e captações no mercado aberto
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

k. Recursos de aceites e emissão de títulos
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

l. Ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuadas, para o semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente provisionadas.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões no passivo, em atendimento às normas do BACEN.

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável, conforme legislação em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

n. Estimativas contábeis
As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Companhia, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas em operações de crédito, provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas ao menos semestralmente.

4 Caixa e equivalentes de caixa
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	30/06/2017	30/06/2016
Disponibilidade		
Caixa	7	8
Depósitos bancários	555	681
Aplicações interfinanceiras (a)	2.700	11.346
Total	3.262	12.035

(a) As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez
Em 30 de junho de 2017 e 2016, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

Título	30/06/2017		30/06/2016	
	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pós)	-	-	102% CDI	9.646
DI (pré)	4,68% a.a.	2.700	14,09% a.a.	1.700
Total		2.700		11.346

As aplicações desta natureza geraram receita, no semestre findo em 30 de junho de 2017, no montante de R\$ 237 (R\$ 402 em 30 de junho de 2016).

6 Instrumentos financeiros derivativos
A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swaps", envolvendo outros instituintes financeiros, os quais estão registrados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrada a seguir

	30/06/2017	30/06/2016
Posição ativa		
IGPM	29.274	32.903
Posição passiva		
CDI	29.274	31.629

Trata-se de operação de swap contratada em 12 de julho de 2016, com vencimento em 27 janeiro de 2020. Esta operação gerou resultado positivo no semestre findo em 30 de junho de 2017, no montante líquido de R\$ 519.

7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	30/06/2017		30/06/2016	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Financiamentos Imobiliários:				
Empreendimentos Imobiliários	17.750	7,83%	5.964	3,59%
Habitacionais	79.743	35,20%	59.494	35,81%
Capital de Giro	129.070	56,97%	100.660	60,60%
Total	226.563	100,00%	166.118	100,00%

A taxa mínima praticada pela Companhia nos contratos firmados no semestre foi de 0,17% a.m. + IGP-M a.m. e a taxa máxima foi de 2,99% a.m. + T.R. (em 30 de junho de 2016 a taxa mínima praticada foi de 1,07% a.m. + IGP-M a.m. e a taxa máxima foi de 2,99% a.m. + T.R.). A Companhia auferiu receita com operações de crédito no semestre, no montante de R\$17.910 (R\$ 22.098 no semestre findo em 30 de junho de 2016).
Os imóveis financiados são alienados fiduciariamente em favor da Companhia.

b. Prazo de realização dos contratos

A vencer

	30/06/2017	30/06/2016
Até 3 meses	14.561	11.702
De 3 meses a 12 meses	41.480	31.841
De 1 a 3 anos	101.673	55.514
De 3 a 5 anos	57.388	31.620
De 5 a 15 anos	7.079	29.933
Acima de 15 anos	3	36
Total a vencer	222.184	160.646
Vencidos	4.379	5.472
Total	226.563	166.118

c. Provisão para perdas em operações de crédito
c.1 Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito
A movimentação da provisão para perdas em operações de crédito é a seguinte:

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo no início do período	(5.180)	(3.722)
Constituição	(2.437)	(1.366)
Créditos baixados para prejuízo	991	518
Saldo final do período	(6.626)	(4.570)
Circulante	(2.926)	(2.310)
Não Circulante	(3.700)	(2.260)

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo" o montante de R\$ 970 (R\$ 520 em 30 de junho de 2016).

As operações de crédito refinanciadas, totalizaram R\$ 3.608 em 30 de junho de 2017 (R\$ 7.295 em 30 de junho de 2016) e as operações renegociadas, totalizam R\$ 951 em 30 de junho de 2017 (R\$ 1.553 em 30 de junho de 2016). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

c.2 Composição da carteira e provisão para perdas em operações de crédito, por rating
O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2017 e 2016 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	Provisão % de	Setor		30/06/2017		30/06/2016	
			Comércio	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,00%	1.696	-	22.133	23.829	-	9.291
A	Normal	0,50%	476	3.249	122.907	126.632	(633)	105.124
B	Normal	1,00%	2.453	85	21.181	23.719	(237)	12.250
B	Vencido	-	-	-	6.902	6.902	(69)	8.480
C	Normal	3,00%	-	-	12.127	12.127	(364)	6.410
C	Vencido	-	-	1.074	19.907	20.981	(629)	13.593
D	Normal	10,00%	-	-	3.815	3.897	(390)	3.929
D	Vencido	-	-	-	61	61	(18)	-
E	Normal	30,00%	-	-	4.261	4.261	(1.278)	5.151
E	Vencido	-	-	-	1.171	1.171	(586)	-
F	Normal	50,00%	1.171	-	-	-	-	-
F	Vencido	-	-	-	472	472	(236)	932
G	Normal	70,00%	-	-	-	-	-	24
G	Vencido	-	-	-	1.084	1.084	(759)	394
H	Normal	100,00%	-	-	237	237	(481)	481
H	Vencido	-	-	-	1.190	1.190	59	59
Total			5.796	4.490	216.277	226.563	(6.626)	166.118
Circulante			-	-	-	60.420	(2.926)	49.015
Não Circulante			-	-	-	166.143	(3.700)	117.103

d. Cessão de crédito
No semestre findo em 30 de junho de 2017, a Companhia adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem cobrança, no montante de R\$ 18.501 (R\$ 11.816 em 30 de junho de 2016). A taxa média dos créditos adquiridos no semestre foi de 1,16% (taxa média em 30 de junho de 2016 foi de 1,18%). Estas operações auferiram renda no semestre no total de R\$ 3.943 (R\$ 2.362 em 30 de junho de 2016). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

8 Outros créditos
O saldo de outros créditos está composto pelos seguintes valores:

	30/06/2017	30/06/2016
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	46	92
Adiantamento para terceiros	66	-
Créditos Tributários (nota 20.b)	358	280
Impostos a compensar	4	6
Devedores para compra de valores e bens (a)	549	97
Devedores diversos (b)	125	199
Outros	29	-
Total	1.177	674
Não circulante		
Devedores por depósito em garantia	33	40
Devedores para compra de valores e bens (a)	190	30
Créditos Tributários (nota 20.b)	2.954	1.847
Total	3.177	1.917

(a) Referem-se a valores de venda de imóveis, arrematados através de leilão e/ou negociações próprias de forma parcelada no montante de R\$ 739 (R\$ 127 em 30 de junho de 2016).
(b) Os valores inscritos em "Devedores diversos" estão representados por: (i) valores relativos a baixa de parcelas pendentes, que serão recebidas no dia útil seguinte no montante de R\$ 53 (R\$ 0 em 30 de junho de 2016); e (ii) R\$ 72 referente a valores a ressarcir de pagamentos de custas e emolumentos para a retomada de imóveis e notificações (R\$ 13 em 30 de junho de 2016).

9 Outros valores e bens
O saldo do subgrupo "Outros valores e bens" está composto por bens não de uso e despesas antecipadas conforme segue:

	30/06/2017	30/06/2016
Circulante		
Imóveis (a)	11.078	6.671
(-) Provisão para desvalorização de bens (a)	(1.546)	(601)
Comissões (b)	665	1.339
Corretagens	39	58
Serviços de terceiros	87	59
Ressarcimento de custos operacionais	19	29
Total	10.342	7.555
Não circulante		
Imóveis regime especial (a)	2.371	728
(-) Provisão para desvalorização de bens (a)	(214)	(147)
Comissões (b)	828	1.027
Corretagens	39	73
Ressarcimento de custos operacionais	10	26
Total	3.034	1.707

(a) Tratam-se de valores de consolidação de propriedade (execução da garantia com a retomada de imóveis). Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, foram consolidados o valor de R\$ 6.306, somando o saldo total de valores em bens não de uso no montante de R\$ 13.449 (R\$ 7.399 em 30 de junho de 2016). Deste montante, estão registrados sob regime especial o montante de R\$ 2.371 (R\$ 728 em 30 de junho de 2016), por se tratarem de imóveis com impedimentos judiciais (liminar). Durante o semestre foram provisionados o montante de R\$ 797 (R\$ 380 em 30 de junho de 2016) totalizando saldo de R\$ 1.760 a título de desvalorização de bens não de uso (R\$ 748 em 30 de junho de 2017); e

(b) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular BACEN 3.378/14.

10 Permanente
a. Imobilizado
Demonstramos a movimentação do imobilizado de uso no semestre findo em 30 de junho de 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transf. Cosif (-) Deprec.	Saldo em 30/06/2017
Descrição				
Instalações, móveis e equipamentos	26	4	-	30
Equipamentos de informática	73	26	-	99
Gastos de organização e expansão	29	-	(29)	-
(-) Depreciação	(60)	-	-	(60)
Acumulada	(60)	-	23	(48)
Total	68	30	(6)	81

b. Intangível
Demonstramos a movimentação do intangível no semestre findo em 30 de junho de 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transf. Cosif (-) Deprec.	Saldo em 30/06/2017
Descrição				
Licenciamento de uso de software	94	20	29	143
(-) Amortização	(18)	-	(23)	(49)
Acumulada	(18)	-	(23)	(49)
Total	76	20	6	94

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Transf. Cosif (-) Deprec.	Saldo em 30/06/2016
--	---------------------	---------	---------------------------	---------------------

Descrição
Movimentação total 2016 51 - (5) 46
11 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos
Demonstramos a exigibilidade, dos depósitos interfinanceiros e dos recursos de aceites e emissões de títulos, para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016:

a. Depósitos interfinanceiros com parte relacionada (nota 16)

	30/06/2017			Total
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Depósitos interfinanceiros	15.463	12.051	-	27.514
Circulante	-	-	-	27.514
Não circulante	-	-	-	-

Não havia saldos com depósitos interfinanceiros no semestre findo em 30 de junho de 2016.

b. Recursos de letras de crédito imobiliários

	30/06/2017			Total
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Recursos por emissão de letras de crédito imobiliário	11.964	40.364	135.302	187.630
Circulante	-	-	-	52.328
Não circulante	-	-	-	135.302

c. Resumo da composição das despesas de captação no mercado:

	30/06/2017	30/06/2016
Depósitos interfinanceiros	(1.099)	(300)
Despesas de letras de crédito imobiliário	(7.612)	(11.312)
Deságio na colocação de títulos	(169)	-
Contribuição ao FGC	(137)	(121)
Total	(9.017)	(11.733)

12 Obrigações fiscais e previdenciárias

	30/06/2017	30/06/2016
Imposto de renda	13	1.083
Contribuição social	6	401
Impostos e contribuições s/ serv. de terceiros	9	24
Impostos e contribuições s/ salários	6	36
Impostos diferidos (20.c)	255	-
Outros (a)	35	73
Total	384	1.617

(a) Os valores inscritos em "Outros" são compostos por (i) Impostos municipais (ISS) no montante de R\$ 7 (R\$ 4 em 30 de junho de 2016); (ii) Contribuição ao PIS no montante de R\$ 4 (R\$ 10 em 30 de junho de 2015); e, (iii) Contribuição ao Cofins no montante de R\$ 24 (R\$ 59 em 30 de junho de 2016).

13 Outras obrigações - diversas

Descrição	30/06/2017			30/06/2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Barigui S/A Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros	-	27.514	(1.099)	9.646	-	300
Dividendos	-	12	-	-	161	-
Reembolsos de comissões e outras	-	1	-	-	11	-
Utilização de estrutura compartilhada (a)	-	6	(36)	-	-	(36)
Enio Fomea & Cia Ltda.	-	-	-	-	-	-
Aluguel comercial	-	17	(16)	-	2	(15)
Barigui Promotora de Créd Imob. Ltda.	-	-	-	-	-	-
Prestação de Serviços	-	201	(1.287)	597	220	(1.688)
Central Brasileira de Cobrança Ltda.	-	-	-	-	-	-
Prestação de Serviços	-	216	(943)	-	174	(671)
Barigui Securitizadora S.A.	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	322	152	(613)
Pessoa física	-	-	-	-	-	-
Letra de Crédito Imobiliário	-	75.570	(3.649)	-	39.719	(2.745)
Dividendos	-	1	-	-	10	-
Remuneração aos administradores	-	-	(109)	-	-	(100)

(a) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

17 Despesas administrativas

	30/06/2017	30/06/2016
Despesas de comunicação	(65)	(13)
Despesas com aluguel comercial	(16)	(15)
Despesas de processamento de dados	(217)	(151)
Despesas com propaganda e publicidade	(281)	(90)
Despesas serviço sistema financeiro	(169)	(207)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(3.692)	(3.571)
Despesa com serviços técnicos especializados	(354)	(225)
Despesas com depreciação/amortização	(17)	(11)
Outras	(403)	(175)
Total	(5.214)	(4.458)

(a) Refere-se a (i) apropriação de despesas com comissões de correspondentes no valor de R\$ 1.974 (R\$ 1.928 em 30 de junho de 2016); (ii) comissão em assessoria de cobrança no valor de R\$ 943 (R\$ 671 em 30 de junho de 2016); (iii) despesa com assessoria e consultoria empresarial na estruturação de negócios no valor de R\$ 627 (R\$ 853 em 30 de junho de 2016); (iv) despesa com corretagens no montante de R\$ 49 (R\$ 71 em 30 de junho de 2016) e; (v) outros serviços no valor de R\$ 99 (R\$ 48 em 30 de junho de 2016).

18 Rendas de prestação de serviços

	30/06/2017	30/06/2016
Confecção de cadastro		
Pessoa Física e jurídica	266	201
Tarifa de administração de contrato	428	312
Total	694	513

19 Despesas tributárias

	30/06/2017	30/06/2016
Despesa de PIS	(62)	(74)
Despesa de COFINS	(379)	(456)
Despesas de ISS	(33)	(25)
Outros	(121)	(48)
Total	(595)	(603)

20 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2017	30/06/2016
Impostos correntes		
Imposto de renda	(593)	(1.473)
Contribuição social	(223)	(535)
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(816)	(2.008)

Impostos diferidos

	30/06/2017	30/06/2016
Total do imposto de renda e contribuição social	732	514
b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado	(84)	(1.494)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados		
Participação dos Empregados	342	4.547
Resultado Antes do Impostos de Renda e Contribuição Social	(21)	(56)
Encargo Total do Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(109)	(1.527)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições temporárias	(3.567)	(2.130)
Outras exclusões	2.835	1.649
Deduções fiscais	25	-
Impostos de Renda e Contribuições Social - correntes	(816)	(2.008)

No semestre findo em 30 de junho de 2017, os créditos tributários são compostos pelos seguintes valores:

Descrição	Saldo Inicial 31/12/2016	Constituição	Reversão	Saldo Inicial 30/06/2017	Saldo Final 30/06/2016
Imposto de Renda					
Provisão para risco cível	17	22	(21)	18	29
Outras provisões	493	189	(222)	460	210
Provisão MTM	-	58	-	58	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.388	898	(386)	1.900	1.326
TOTAL - IRPJ	1.898	1.167	(629)	2.436	1.565
Contribuição Social					
Provisão para risco cível	6	8	(8)	6	10
Outras provisões	177	68	(80)	165	76
Provisão MTM	-	21	-	21	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	499	324	(139)	684	476
TOTAL - CSLL	682	421	(227)	876	582
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	2.580	1.588	(856)	3.312	2.127

As diferenças temporárias relativas às provisões sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, serão reconhecidas em sua totalidade até o exercício de 2019. Ademais, também estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões sobre pagamentos de participação nos resultados, que serão reconhecidos em sua totalidade em 2017.

Créditos Tributários de Imposto de Renda

	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2020	TOTAL
Diferenças Temporárias	263	498	1.675	2.436
Valor Presente	237	403	1.219	1.859
Créditos Tributários de Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	95	179	602	876
Valor Presente	85	145	439	669

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 11,15% (Selic).

c. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 255 em 30 de junho de 2017 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado do swap (não havia saldo em 30 de junho de 2016).

21 Política de remuneração

A Companhia remunera três membros de sua Diretoria Executiva, com posicionamento conservador, atendendo plenamente ao espírito da Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2017 está representado por R\$ 109 (R\$100 em 30 de junho 2016).

22 Estrutura de gerenciamento de riscos

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas na Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, líder do conglomerado Financeiro Barigui e controladora da Barigui Companhia Hipotecária. Assim, as disposições próprias são aplicáveis às duas entidades acima citadas.

A seguir, os principais fatores da Companhia dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

a. Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Companhia atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

b. Risco operacional

No semestre findo em 30 de junho de 2017, a Companhia deu continuidade aos esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes internas e externas e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração.

c. Risco de mercado

O risco de mercado, decorrente das captações de recursos junto à clientela, no que tange as variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Companhia com grande agilidade e alto grau de confiança. A Companhia emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação de investimentos.

d. Risco de gerenciamento de capital

Avaliação permanente da necessidade de capital da Companhia para fazer face aos riscos a que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia.

e. Risco de liquidez

O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Companhia. A Companhia dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

A Companhia realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que levem a Companhia a suportar os efeitos assim levantados. Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está registrada no endereço eletrônico: www.bariguicredito inteligente.com.br > institucional > gerenciamento de riscos.

23 Outras informações

a. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia) conglomerado

A Companhia detém capital social de R\$10.000 (dez milhões de reais), totalmente subscrito, acima do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/94, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, e em montante adequado para alavancar as suas operações no corrente exercício. O acionista controlador está representado pela Barigui S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, com 94% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice de Basileia, em 30 de junho de 2017, está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras da sua controladora, Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e atingiu 17,50% (16,92% em 30 de junho de 2016), atendendo preceitos regulamentares.

Curitiba (PR), 29 de agosto de 2017.

DIRETORIA

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAUJO PINHEIRO
Diretor Presidente

IVALDO LEANDRO PERUSSOLO
Diretor Superintendente

MARIA TEREZA FORNEA CARON
Diretora Executiva

RESPONSÁVEL TÉCNICA

CRISTIANE APARECIDA DAMRAT
Contadora CRC PR 063966/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Barigui Companhia Hipotecária Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Barigui Companhia Hipotecária ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barigui Companhia Hipotecária em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, inde-

pendentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de agosto de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6-F-PR

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador - CRC 1SP245785/O-2